

Re(habitar) a cidade

Entre cidade, arquitectura e património / O Mercado do Bolhão

Cidades – Emergências e permanências / 24 de Abril de 2008

A cidade (o Porto pequeno e grande, de ontem, de hoje e de amanhã) e o Mercado do Bolhão.

José Rio Fernandes

1. Escalas

A cidade já não é que era, dizem-nos. E afinal sempre assim foi, ou seja está sempre a passar a ser o que não era antes!

No caso do Porto e de Portugal merece ser salientado todavia o processo de suburbanização recente, que por tardio, foi acelerado e sem razão especial desregulado também, de resto muito parecido ao que, noutra escala, ocorreu há cerca de um século, em finais de Novecentos e no arranque do século XX.

Nesta cidade recente, salienta-se o fracasso do planeamento (que não faltou) para o ordenamento do território (que não parece existir). Dos resultados saliento o duplo vazio (do donute em que no centro fica um buraco e da "cidade nova" e em boa parte vazia também além do miolo, em Valongo, Oliveira do Douro, ou Matosinhos-Sul). Além de muitos outros problemas – e qualidades também – desta cidade alargada. Talvez o seu maior problema seja o da fragmentação, com enclaves de ricos e de pobres. Será enfim, o triunfo dos egoísmos sobre a polis que potencia a vida em comum através da mistura feita de encontros e desencontros? O fim da cidade? Ou a cidade resiste – como sempre soube resistir –, embora a uma outra escala e de uma forma diversa da que estávamos habituados?

Mas o que é que isto tem a ver com o Bolhão? Quase tudo! Para, deixou de ser central (da velha cidade de centro único) e deixou de servir os muitos que estavam dependentes do centro para a maioria das suas compras, como para a consulta médica de especialista, ou para serviços os mais diversos, do cabeleireiro, ao banco e à agência de viagens. Além disso, a intermediação entre o campo e a cidade deixou de se fazer na área central, assim como em estabelecimentos de mercearia, talho ou peixaria e passou no essencial para a envolvente (como de resto acontecia antes do higienismo com as feiras), agora em hipermercados e *discounts* espalhados

por toda a cidade, de preferência junto aos nós e às áreas mais populosas (como tinha acontecido com as feiras, junto às portas da muralha e às principais estradas de ligação, em S. Bento, Carlos Alberto, Batalha, ...).

2. Tempos

A cidade é um depósito vivo de várias épocas, das suas formas e dos seus usos, num *mix* em cada caso único, feito em cada momento de diversas persistências e emergências.

Relativamente às formas, importa notar que elas duram diferentemente, entre construções (restam muito poucas no Porto com mais de 300 ou 400 anos) e arruamentos ou entre espaços verdes. Entre as que se mantêm, poucas deixam de sofrer pequenas transformações, na caixilharia ou nos telhados, por exemplo, no caso das construções, como nos pavimentos no caso de ruas e praças. Já agora, uma nota que não é a despropósito sobre o muito que se gasta – o Estado e o urbanista investem demasiado, quero eu dizer –, sobretudo em Portugal, designadamente no Porto e sobretudo nos últimos tempos, em tapetes da sala de estar, ou seja, nos pavimentos das praças de recepção e aparato (assim como no seu mobiliário, dito urbano), bem mais do que em salas confortáveis (espaços de estar), ou nos quartos onde residimos (as casas que estão em ruínas), ou nos espaços onde trabalhamos (estabelecimentos, mercados, ou espaços empresariais).

Além disso, além destes diferentes tempos das formas, existe uma dessintonia também entre forma e função, pelo que não é raro uma residência passar a escritório de empresa ou unidade hoteleira, como uma antiga fábrica ou alfândega passar a museu, mantendo-se no essencial a forma ainda que se perdendo a função que explica a forma.

A cidade revela também a desigual importância de diferentes épocas e de como elas acrescentaram e substituíram a cidade herdada, por exemplo na grandiosidade do Porto do século XVIII, com o barroco de Nazoni e mais tarde com o notável esforço regularizador de João de Almada (continuado pelo seu filho que colheu injustamente as honras devidas ao pai).

Os finais do século XIX e os primeiros anos do século XX foram outro momento alto para a compreensão da cidade, muito marcado pela emergência e triunfo de um centro, numa Baixa à cota alta que foi um centro novo e único, dele e dessa cidade fazendo parte elementos tão essenciais e intocáveis na compreensão e identidade da cidade para esta época como a Torre dos Clérigos ou a Igreja da Misericórdia para o barroco do século XVIII. Refiro-me especificamente à Estação de São Bento, ao Mercado do Bolhão e a (já infelizmente alterada, sobretudo (re)atapetada) Avenida dos Aliados.

No nosso tempo e na cidade expandida e mais complexa dos nossos dias, este espaço, a Baixa, é apenas um centro mais, sendo certo que continua especial, porventura mais nas nossas memórias que nossa frequência. Neste centro e relativamente ao Mercado do Bolhão, encontrar o futuro não será reencontrar o passado. No entanto, pode e deve afirmar-se neste espaço tão significativo e que se pretende em permanente revitalização, um futuro com respeito pela memória, sobretudo se considerarmos a importância das diferenças entre espaços para favorecer a diversidade. E o Bolhão é único e tem marca registada, reconhecida em todo o país e desde logo pela generalidade dos cidadãos da cidade expandida e plurimunicipal (mesmo que o frequentem pouco, como a toda a Baixa). Em alternativa, permitir um Mercado do Bolhão transformado, gentrificado, abonecado, ou pior ainda drasticamente adulterado, é consentir com a diminuição da diversidade na cidade, copiar o *shopping*, subjugar a realidade à sua cópia, fazendo de tudo cópias da cidade, ilhas de conforto desterritorializadas, desidentificadas, produtoras de homogeneidade e indiferença.

3. Atitudes

Os políticos – que somos nós, os que fazemos a polis, a partir da administração, do urbanismo, de associações as mais diversas e em diversas outras formas de cidadania – temos, designadamente os eleitos, revelado, ou mais ou menos pactuado, com uma visível incapacidade de pensar e gerir a cidade como um todo feito de vários municípios, donde os paradoxos do discurso da revitalização da Baixa, quando em simultâneo ocorre a multiplicação de shoppings, ou entre a promessa de um retorno dos residentes ao centro (seja lá o que isso for), com uma oferta excedentária de condomínios, prédios e bairros noutros lugares.

O mercado, a dita "livre iniciativa", ou os "agentes privados de desenvolvimento", por sua vez, estão associados a uma "natural" e já muito estudada – e demonstrada – tendência para o aumento das diferenças, por vezes acentuadas sobre o território também por acções políticas, como na lamentável acentuação das diferenças entre Este e Oeste, com o Polis (vendo-se Gaia, Porto e Matosinhos a apostar na frente de mar), ou nos parques urbanos (dos 2 previstos fez-se apenas 1) ou também na requalificação da marginal do Porto, feita apenas a Oeste da Ponte D. Luís. Nada contra o mercado e nada contra o Estado; falta é bom investimento, empreendedor e produtor de riqueza para a sociedade e bom Estado que saiba gerir o que é seu e saiba regular o mercado (que como se sabe e por mais que se diga, nunca é totalmente livre).

Por sua vez, os utilizadores da cidade vivem cada vez mais em "ilhas urbanas" (leia-se condomínios fechados, bairros sociais, micro *campus* universitários, ou futuros quarteirões gentrificados da Baixa) e usam nas deslocações cada vez mais os "tubos" (VCI, A3, IC1, ou

metro); numa crescente oposição entre espaço público e privado, num processo marcado também por uma crescente privatização do espaço de uso colectivo. Se o Estado somos nós: seremos nós incapazes de construir e gerir a polis? Assim parece, pelo que se ouve aos mais responsáveis, porque eleitos, quando reconhecem que os privados sabem gerir melhor o que é nosso do que a câmara que eles mesmos dirigem...

Relativamente às atitudes ainda, alguns desafios de política urbanística, a pensar no Mercado do Bolhão, podem ser vistos num paralelismo com a política ambiental, de acordo com os objectivos de reduzir, reciclar e reutilizar.

Assim, reduzir, deve significar reduzir o ritmo da expansão urbana e deve obrigar a reinventar a cidade europeia como bem cultural, o que não implica deixar de ser contemporâneo ou pós-moderno e sobretudo optimista, mas antes obriga a ver o desenvolvimento ainda mais diferenciado do crescimento, tal como acontece hoje em relação à energia e outros domínios, onde o desenvolvimento está cada vez mais associado a protecção e combate ao desperdício.

Reciclar pode significar na cidade demolir e fazer de novo, face ao que não podemos, nem temos que transportar para o futuro. Por isso, a necessidade de identificar e assumir o que se perde, com a vantagem de se introduzir contemporaneidade numa cidade que está marcada por vários tempos e portanto também tem de estar marcado pelo nosso tempo, o que é bem melhor que deixar prédios a ruir, ou arruamentos e jardins ao abandono.

Reutilizar, no entanto, deve continuar a ser o mais importante e generoso objectivo desta política para a sustentabilidade e o desenvolvimento urbano, interpelando-nos para o desafio criativo de dar continuidade ao que devemos conservar. E este, sendo o primeiro princípio relativamente à cidade herdada, deve ser sempre o ponto de partida, o objectivo primeiro, pelo que apenas a incapacidade ou incompetência para transportar para o futuro o passado desejado, pode explicar processos de substituição. Muito especialmente relativamente ao que é referência desse passado, porque marca uma época, um ambiente e um contexto e que pode e deve participar na cidade de hoje, porque faz a diferença relativamente ao que hoje se constrói na cidade.

4. Concluindo

E chegamos ao Mercado do Bolhão e a uma síntese, orientada pela necessidade de reutilização, com alguns argumentos na defesa de uma intervenção objectivada pela salvaguarda e potenciação do património e orientada para a valorização de um elemento essencial de um espaço (a Baixa) e de época (transição do século XIX para XX), muito importante da cidade e onde a arquitectura mantém a fidelidade à função, evitando o empobrecimento que resultaria de

uma standardização que parece condenar a cidade à perda de algo distintivo por qualquer coisa pouco diferente de mais um *shopping*.

Todavia, podendo parece-lo, não se trata de uma aposta no passado (o que se poderia até se justificar), defender o Bolhão que temos, como mercado, é antes acreditar que o Bolhão pode e deve contribuir na revalorização da relação da cidade com o campo, designadamente no contributo à ocupação residencial da Baixa e porventura mais ainda pelo papel que pode desempenhar no desenvolvimento do turismo e em geral ao aumento dos visitantes da cidade, os quais, como se sabe, procuram sobretudo os espaços das emoções e das atmosferas diferenciadoras e enriquecedoras (ainda se lembram os muitos de como eles ajudaram a valorizar a Ribeira nos anos 70, que os portuenses viam como um espaço velho, sujo e pobre que chegou a estar condenado à demolição).

Nesta reutilização, faz falta também uma atitude política objectivada pela confiança do Estado em manter a posse pública de um bem público, assim como em manter a vocação central de mercado de um imóvel feito para mercado, reconhecendo a relevância do Bolhão para uma população significativa que extravasa claramente a dimensão municipal.

Além do mais, note-se, manter o Bolhão sem "ashoppinzamentos" é um exercício de mero bom senso, bastando saber aprender com os outros, seja com os seus erros (aconselha-se à Câmara e à Tramcorne uma visita ao que existe em Paris no lugar do mercado Les Halles e cuja demolição hoje se discute) e nos seus sucessos (visite-se por favor o Mercado da Boqueria, em Barcelona, ou o magnífico mercado central de Frankfurt).

Enfim, tenho esperança que os eleitos procurarão responder aos interesses e valores dos cidadãos, considerando as escalas do Bolhão: local, porque na Baixa; municipal, no Porto, plurimunicipal, na cidade de 750.000 habitantes num espaço com raio de 8km; regional, em vista da sua associação ao Norte; nacional, classificado até como de interesse patrimonial para o país e internacional, por via dos vários visitantes e em especial dos turistas. Serão considerados também os seus vários tempos, na cidade e nos seus habitantes: na memória dos mais velhos, ou até daqueles que já morreram mas cujas memórias nos acompanham, na percepção dos mais novos e porventura mais ainda na consideração daquilo que pensarão os que estão para nascer sobre o que hoje fizemos. Por mim, claramente que este é um imóvel e um equipamento que vale a pena conservar, sem adulterações nem desmantelamentos e reinstalações, mantendo-se a sua propriedade e função; tenho esperança que assim aconteça e que o que para mim é tão-só bom senso venha a resultar do encontro (ou nem que seja do desencontro!) entre os eleitos locais (Câmara Municipal) e nacionais (Ministério da Cultura) e entre os decisores e dos cidadãos mais ou menos (des)organizados